

SENTIDO DA UNIVERSIDADE

Olinto A. Pegoraro

Departamento de Filosofia – UFRJ

I – UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

Introdução

Hoje o universitário, seja ele estudante, professor ou administrador, está preocupado na relação de universidade com a comunidade. Parece que o estabelecimento de ensino superior fechou-se sobre sua própria crise; tenta criar pontes de ligação com a comunidade; mas esta parece correr em faixa própria, procurando soluções que surjam de seu seio, sem recorrer à decadente "sabedoria" e "técnica" dos círculos universitários. Todos, em todos os setores, sentem a importância de soluções conjuntas, globais. Mas como criar o diálogo necessário entre os diferentes escalões da sociedade ?

Por outro lado, até bem pouco tempo, e por longos anos, os escalões superiores do MEC e os quadros da Segurança Nacional obrigaram alunos e mestres a se ocuparem exclusivamente do campus universitário, a estudarem as idéias e teorias sem se preocuparem de seu impacto sobre a realidade nacional. O debate sobre os problemas da comunidade era, até pouquíssimo tempo, motivo de intervenção e fechamento temporário de faculdades e universidades. Isto ajudou muitíssimo a criar o fosso entre a universidade e a comunidade. Hoje há condições de se retornar o problema e recuperar o tempo perdido.

Aqui defenderei apenas uma perspectiva que é a seguinte: A universidade reencontrará seu caminho somente quando se confrontar com a comunidade e procurar responder, em nível científico, aos problemas reais, estruturais, sócio-políticos e culturais.

Esta tese coloca em segundo ou terceiro plano a revisar ad-intra da universidade. Isto é, o problema maior não está nos Estatutos, nem nos Regimentos nem na organização administrativa da universidade.

A grande questão é esta: a quem serve a universidade ? Estará a serviço de si mesmo oferecendo empregos e produzindo diplomas ? Que compromisso assume a universidade com a produção de qualidade ?

A quem servem as melhores produções técnico-científicas ? À comunidade ? Às estruturas de dominação ? A resposta a estas perguntas é fundamental para as relações da universidade com a comunidade.

Atendendo-nos à tese acima enunciada, desejamos colocar três itens para a reflexão:

- 1 — a universidade deve voltar-se à comunidade.
- 2 — a universidade deve produzir teorias demandadas pela comunidade.
- 3 — a universidade deve situar-se no plano político.

1 — A Universidade deve voltar-se para a comunidade

A universidade precisa voltar-se para os problemas da comunidade a partir das camadas mais pobres e marginalizadas. A marginalização da grande maioria da comunidade é resultado das teorias montadas nas universidades, nos escritórios e nos Institutos técnico-científicos.

O marginalizado é produto de teorias político-sociais e econômicas produzidas ora no exterior ora entre nós. Quase todas as teorias da dominação foram produzidas nos meios universitários com a mais absoluta seriedade, sem a menor preocupação com os impactos que tais teorias causam na vida do povo.

Talvez é esta constatação que leva muitos jovens universitários a subirem morros para constatarem a brutalidade da realidade. Esta inquietação é sinal positivo.

Há universitários que se aproximam da comunidade com a antiga visão paternalista que leva socorros e soluções preparadas previamente.

Outros há que sinceramente procuram ajudar o povo a encontrar respostas para seus problemas.

Procuram instrumentalizar a comunidade para que ela encamine e reivindique as soluções técnico-científicas e sócio-políticas cabíveis.

Certamente este segundo tipo de colaboração do universitário com a comunidade é de muita importância. Mas se restringe a problemas locais de comunidades bem determinadas. Acabaria aqui o trabalho do universitário? Acabaria sua função numa prestação generosa de assistência técnico-científica aos problemas que o povo sente e vive cotidianamente? Para isto não é necessária a universidade. Há muitos favelados que, sem nunca terem freqüentado uma escola, são verdadeiros engenheiros operacionais, técnicos qualificados pela prática, sociólogos de aguda visão crítica, etc...

Então não basta que a universidade se volte para a comunidade com sincero espírito de ajuda positiva.

2 — A Universidade deve produzir teorias postulados pela comunidade

O universitário tem que exercer seu papel científico que consiste em universalizar os problemas. Não basta resolver problemas limitados, como vimos no primeiro item. A universidade é o lugar da universalidade. Isto é, cabe à universidade elevar os problemas locais e restritos ao momento científico. Em outras palavras a universidade tem a função de elevar os problemas concretos do momento da particularidade ao momento da universalidade. Esta não é uma abstração; mas o esforço de situar um problema local e particular em nosso universo cultural e dar-lhe uma solução adaptada a este mesmo universo.

Só assim a universidade, lugar de universalidade, estará em pleno serviço da particularidade, ou seja, dos problemas concretos vividos pela comunidade.

O papel dos professores e alunos universitários não consiste apenas em aprender teorias abstratas (desligadas da nossa particularidade) e "neutras", válidas para qualquer tipo de realidade. É este tipo de saber alheio ao concreto que se presta à exploração e aos grupos de dominação.

A universidade deve criar um saber que interprete nossa condição atual. Criar um saber econômico baseado em nossa história e em nossa contemporaneidade; uma ciência médica que solucione nossos problemas sanitários; uma faculdade de arquitetura que ensine os jovens arquitetos a fazer habitações para nosso povo, com materiais ao alcance da economia popular e não apenas uma arquitetura que só ensina fazer coisas para nossos poucos ricos; uma psicologia que ajude nossas pessoas e nossas comunidades a reverter suas tensões, etc... Enfim, ainda está para surgir o **saber universitário para o povo, para a comunidade**. Em geral importamos ou traduzimos os livros produzidos no estrangeiro que tentam equacionar problemas estrangeiros. Nossos mestres se especializam no exterior. Assim criamos a universidade que gira sobre si mesma, que gera e consome seu filho, o saber. No máximo dá diplomas para melhorar o status social (e não científico) dos alunos.

Portanto precisamos julgar a universidade e as teorias ali produzidas à luz dos problemas da comunidade. Precisamos julgar nossas doutrinas à luz de seu impacto real sobre a sociedade em que vivemos. A validade de uma teoria não depende apenas do rigor das deduções. Este é apenas um passo, um momento do saber científico; sua validade depende também do serviço que pode prestar à comunidade e de sua capacidade transformadora da realidade a serviço do povo.

Todo saber, em nossa situação sócio-política-cultural, tanto vale quanto sua capacidade transformadora das estruturas e das mentalidades.

Do contrário, caímos num saber ornamental que serve para ser recitado e arrancar aplausos e admiração ou nos salões ou nos congressos de pura exibição. Enfim é absolutamente importante a contínua dialética e interação entre **teoria** (produzida na universidade) e a **práxis** (problemas vividos na comunidade). Esta interação começa a ser praticada entre nós. Há equipes de professores de economia, por exemplo, que começam a aula com a leitura da situação econômica tal qual aparece nos jornais do dia. Este é o material concreto, o problema singular, a partir do qual alunos e professores tentam elevar-se ao momento universal (científico) para retornar à situação real. O mesmo se diga de algumas faculdades de medicina, engenharia, sociologia e política.

Tomemos o exemplo da teologia. Porque hoje a Igreja é a única instituição realmente próxima dos problemas da comunidade ? Sem dúvida, uma série de fatores religiosos (que não é caso de tratar aqui) contribuem para isto. Mas, universitariamente falando, é inquestionável que a Igreja, desde o Concílio Vaticano II (1962) está praticando a interação do discurso teológico (científico e universitário) com a práxis (ação pastoral sobretudo no meio dos pobres em todo o continente). Hoje o saber da Igreja (tão universal e abstrato como qualquer teoria) está cada vez mais perto da verdadeira situação concreta (práxis).

Em conclusão deste segundo item, podemos tirar a limpo as seguintes idéias-força:

1º) o universitário deve ser um implacável crítico das teorias que aprende. Criticá-las não apenas à luz de outras teorias. Teríamos aqui a teoria das teorias que nada mais faz que perder-se na auto-contemplação intra-muros universitários. Mas há que criticar as teorias:

a) à luz dos resultados práticos que produzem. Por exemplo, as teorias economicistas e tecnocratas contribuem decisivamente para produzir o mundo marginalizado e carente. A maioria das teorias universitárias de hoje estão a serviço da dominação nacional e internacional.

b) à luz de sua capacidade transformadora das situações problemáticas vividas pela comunidade. Aqui está o verdadeiro teste da validade (ou vaidade – vacuidade) do saber científico. Todo saber deve ser capaz de contribuir para a libertação das situações desumanas e opressoras. Este é o saber real e verdadeiro justamente porque se insere na verdade da comunidade.

c) Há que exercer especial crítica com o saber importado em livros, traduções e à formação no exterior. Tudo isto é muito válido desde que ajude a leitura profunda de nossa realidade. O saber não tem

pátria: é universal. Mas esta universalidade (teoria) deve ser confrontada com a particularidade (práxis). Certamente há muitas teorias que não ajudam a interpretação de nossa situação; outras a deformam; outras a exploram e subjagam. É o caso das teorias econômicas, políticas e médicas. Portanto não podemos absorver as teorias feitas em outros contextos (outras particularidades) e simplesmente aplicá-las ao nosso. Precisamos sim aprender estas teorias para reexaminá-las e rearticulá-las à luz de nossa situação. Todo o saber, onde quer que seja produzido, nos será útil na medida em que seja analisado criticamente. E o mais profundo saber é fator de alienação e dominação na medida em que seja absorvido a-criticamente, ou meramente aplicado sobre nossa situação particular.

2º) A crítica das teorias demanda, evidentemente a contínua crítica curricular. Que cientistas formam nossos currículos ? Formam jovens a serviço da comunidade ou de empresas multinacionais ? Que mentalidade comunitária imprimem nossas disciplinas ? Estas perguntas revelam que os currículos de cada faculdade devem ser elaborados segundo os problemas da comunidade em que se insere o estabelecimento de ensino superior. O critério para se introduzir (ou tirar) uma disciplina não é sua novidade (moda científica) mas a demanda real, a necessidade vivida pela região ou País em que se vive. A partir desta ótica é que se deve organizar os currículos de medicina, engenharia, arquitetura, sociologia, filosofia, educação e teologia.

3º) A crítica das teorias e dos currículos exige a constante crítica da estrutura de poder que vai do poder departamental à cúpula dirigente.

Um poder vertical, de cima para baixo, é incompatível com a universidade voltada e integrada na comunidade. O poder precisa ser organizado de baixo para cima, com participação de todos. Os Chefes Departamentais, Decanos e Reitores estão prestando serviço à comunidade científica a qual presta serviço ao povo. Ora, servir não é dominar, não é criar estatutos, currículos e regimentos em reuniões de cúpula. Servir é ouvir, coordenar e elaborar as sugestões, contribuições e críticas de todo o corpo-universitário. As tensões cúpula-base se fundam na confusão entre poder (de tendência autocrática) e servir (exercício democrático da autoridade). A Universidade não é a Reitoria, nem os escalões intermediários de poder. A universidade é o conjunto dos professores e alunos que, para bem exercer sua função científica, dispõe de um serviço organizacional. Esta é a Universidade democrática para a comunidade democrática.

3 — A Universidade deve situa-se no plano político

Como vimos, a Universidade é o lugar da teoria.

Cabe à Universidade propor modelos técnico-científicos que abrangem o mais largo conjunto possível de fenômenos e problemas da comunidade. Não basta simplesmente adotar esquemas disponíveis; a cria-

tividade universitária precisa criar modelos alternativos, sempre mais adequados às demandas de toda a sociedade.

Isto não é possível sem uma autêntica inserção política. E por muitas razões. Primeiro porque a Universidade surge da comunidade, da Pólis, e só tem sentido enquanto serve cientificamente à polis oferecendo modelos de análise de seus problemas. A Universidade, portanto, é intrinsecamente política. Em segundo lugar, o saber produzido na Universidade é político.

A ciência se constitui de vários momentos. Um deles é a concatenação rigorosa das premissas; o outro é o julgamento da aplicação das conclusões. É o momento comunitário e político da ciência.

Não basta ao cientista participar só do primeiro momento. Seria ser cientista alienado e a serviço de todos os senhores que aparecem. Mas o cientista coerente, verdadeiramente universitário e imbuído de espírito comunitário, exige sua participação também no segundo momento da ciência. O cientista consciente e engajado exige participar, com a comunidade, sobre o julgamento a oportunidade de aplicar este ou aquele produto científico; esta ou aquela técnica; esta ou aquela teoria. Em terceiro lugar, a Universidade precisa contribuir decisivamente para que as análises científicas dos problemas da comunidade sejam assumidas pela esfera das decisões propriamente políticas.

De nada adianta levar os problemas da comunidade, estudá-los teoricamente, estudar soluções cabíveis se depois não encontram ressonância e viabilização nos planos legislativo e executivo. Qual é, por exemplo, a contribuição solicitada às Universidades para a elaboração de um novo modelo econômico? Que contribuição concreta pode oferecer a Universidade para uma nova política da saúde, da habitação, da educação, etc? No dia de hoje, nem as Universidades ousam reivindicar tal colaboração e muito menos os políticos dominantes solicitam a contribuição universitária. Todos perdemos com este divórcio; a Universidade se aliena e se satisfaz com a repetição de teorias e a distribuição de diplomas no fim de 4 anos; e os meios políticos agem segundo o sabor dos acontecimentos e as interpretações subjetivas e personalistas dos ministros.

A condição da ressurreição da Universidade é seu serviço real à comunidade. O universitário, professor ou aluno, deve contactar, sentir e viver os problemas da comunidade. Num segundo momento deve levá-los ao plano científico, universal, teórico.

Na terceira fase, a teoria voltada à práxis, aos problemas para equacioná-los concretamente. Este retorno não se faz só sobre um problema isolado, próprio de um lugar determinado, de uma comunidade específica. Não. No momento teórico o problema isolado ganhou universalidade. Na hora do retorno à particularidade (realidade concreta) a

resposta é globalizante. Por exemplo, pouco adianta resolver o problema sócio-estrutural de uma favela, se através do estudo teórico, não se chegou a equacionar as origens de todas as favelas da comunidade com a formulação de uma proposta global de solução geral para toda a comunidade. Pouco adianta solucionar casuísticamente a situação de favela sem combater, técnica, científica, política e socialmente as causas de todas as outras.

Por isso a **teoria** e a **práxis** precisam conviver dialeticamente, enriquecendo-se reciprocamente.

Neste momento a Universidade deixará de ser um gueto, ou um ornamento da sociedade burguesa. Pelo contrário, ela se tornará uma instituição necessária a todo o povo e de um modo todo especial ao povo que mais tem problemas técnico-científicos que é a população marginalizada da cultura, do progresso e das condições humanas dignas.

II – UNIVERSIDADE CATÓLICA

Até pouco tempo pensava-se em **reforma** universitária a partir do que já existia, como Estatutos, Regimentos, Programas. Procurava-se reformular tudo isto juntamente com o aparelho administrativo e burocrático. Era um **olhar de dentro**.

Hoje a Universidade precisa **transformar-se**, assumir nova forma, **novo modo de existir**. Ela precisa ser pensada desde um novo ângulo de visão. Já não será criatura de um mestre que a planejou em sua mente. Hoje, a universidade, antes de tudo, **emerge da comunidade**, resulta da situação cultural de toda a sociedade. É um olhar **desde a comunidade sócio-cultural**. Sobre este tema capital, recordemos alguns itens:

1 – A Universidade, como emergência da sociedade, é o centro especializado da cultura de um povo. É um lugar, um centro de serviços científicos.

2 – O serviço científico visa não tanto a transmissão correta do saber já elaborado, mas especialmente a criação de um instrumental categorial que interprete o mais adequadamente possível a situação histórico-cultural de um povo ou de uma época.

3 – Por isso a Universidade deve ser intrinsecamente ligada ao processo histórico. É impensável uma universidade que vem depois do acontecer. Hoje importa pensar a universidade como centro que, pela interpretação das situações presentes, prepara, a seu modo, a emergência de novas situações sócio-culturais, políticas, econômicas. A universidade tem, como primordial função, ajudar a comunidade a interpretar cientificamente sua situação com vistas a presidir seu acontecer, seu destino.

4 – A universidade não é o único lugar onde se pensa criticamente a situação histórico-cultural da comunidade; mas certamente cabe-lhe o dever de criar serviços, instrumentos de análise social, política, econômica, médica, psicológica e técnica. No passado, quase todas as teorias de dominação sócio-político-econômica foram elaboradas nas universidades. Porque não podem ser agora o lugar privilegiado onde se elaboram as teorias da libertação da comunidade ?

5 – A universidade é o lugar político. O próprio processo de elaboração científica implica a opção política no sentido do serviço científico a toda a comunidade no momento histórico por ela vivido. Faz parte intrínseca da elaboração científica a decisão de caráter social visando a oportunidade e a prioridade de uma atividade acadêmica. Não é em vão que as ditaduras sempre procuram separar a produção científica no processo histórico.

6 – Estas são pistas para uma nova identidade da universidade:

- Ela organizará o saber a partir da situação real da comunidade no plano sócio-político econômico e cultural;
- e organizará o saber como serviço à comunidade.

7 – Isto implica na questão dos critérios pelos quais se funda uma universidade. Há que ter critérios globais e fundados na demanda autenticamente comunitária para se abrir esta ou aquela faculdade, este ou aquele Departamento, esta ou aquela disciplina. Em termos simples, a Universidade para o povo exige que se crie, por exemplo, a faculdade de Medicina para o povo, a Faculdade de Arquitetura para o povo, Engenharia, Filosofia e Teologia para o povo. A palavra povo não é nem mágica e nem demagógica; ela quer dizer comunidade total em sua situação real. Em nosso caso é a situação de uma comunidade dependente, dominada.

Sentido de ser Católica

1 – Antes de tudo trata-se de uma universidade, isto é, lugar do logos crítico da situação sócio-cultural. Neste sentido não há diferença entre as universidades a não ser no nível da competência e instrumentação. A Igreja exige que as universidades católicas melhorem constantemente a competência e serenidade científicas.

2 – A universidade é católica em latitude e profundidade. A abrangência latitudinal deve ser universal, isto é, a universidade católica é capaz de dialogar criticamente como toda e qualquer produção cultural e científica. Toda produção do gênio humano é digna e merecedora da nossa apreciação. Neste sentido há que rejeitar o dogmatismo, o moralismo e o autoritarismo “Científico” como elementos perniciosos ao autêntico pensamento católico.

Por outro lado, no plano da profundidade, a reflexão evangélica procura investigar a realidade natural e sócio-cultural de modo originário. Nesta radicalidade mostra-se o próton e o escaton como animação, coesão, e sentido do processo histórico, das tramas da existência pessoal e comunitária. Por isso, na concepção cristã, a natureza, a cultura, a ciência e a história são um processo de revelação e de libertação da realidade até a plenitude do escaton sempre presente a tudo como próton.

3 – Por isso, com razão, a universidade católica propõe não só a especulação sobre esta radicalidade mas sobretudo procura uma ação, uma práxis que realmente seja libertadora de todas as realidades máxime da existência humana.

4 – Por conseguinte, a universidade católica, ao produzir ciência, quer que ela sirva à comunidade e à formação da qualidade de vida. Para nós a ciência não pode nunca servir à dominação. Ela precisa ser um serviço técnico científico para a libertação da comunidade, a partir da porção marginalizada e oprimida. Sem este horizonte é impossível falar de universidade católica. A catolicidade não emerge do estatuto mas das atitudes da universidade face à realidade e à ciência.

5 – Em síntese, a universidade católica precisa ser aberta, crítica e radicalmente dialogante em razão de sua inserção no processo e em razão de sua inspiração evangélica. Ambas as razões levam à mesma pista: o processo de libertação do homem.

Objetivos fundamentais da universidade católica

Do acima exposto deduzimos os seguintes objetivos fundamentais de uma universidade católica:

1º) Servir à comunidade da qual emerge através da elaboração técnico-científica dos problemas.

2º) Criticar técnica e cientificamente a situação histórica em que se encontra a comunidade denunciando as ideologias de dominação política, econômica, científica e cultural; e propondo modelos de interpretação e de ação sempre mais abrangentes e libertadores do homem e da história.

3º) Criar um instrumental teórico que contribua para a transformação da realidade e da comunidade e não apenas de setores privilegiados. Neste sentido há que manter as faculdades que realmente gerem um saber e uma técnica a serviço das camadas mais carentes da comunidade.

4º) Levar a teoria e a práxis interdisciplinares à participação efetiva na transformação da comunidade a partir das situações carentes e marginalizadas.

5º) Integrar a criatividade acadêmica com a ação pastoral proposta nos documentos do CELAM e da CNBB voltada preferencialmente para os jovens e às comunidades oprimidas, fortificando, assim, o processo libertador.